

arqa

ARQUITECTURA E ARTE

Mai|Jun 2011 | €11,00

Reabilitações Urbanas

Snøhetta
Irisarri + Piñera
ecosistema urbano
Carrilho da Graça
Inês Lobo
Pedra Líquida
LIN
Köebberling & Kaltwasser
Atelier van Lieshout

Philipp Oswalt
Álvaro Domingues
Gabriela Vaz Pinheiro
Michael Collins

Basic Initiative
Pedro Amaral
Nuno Cera

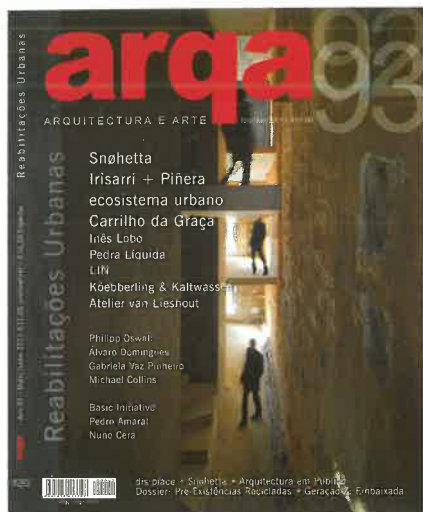
dis:place • Snøhetta • Arquitectura em Público
Dossier: Pré-Existências Recicladas • Geração Z: Embaixada



ISSN: 1647-077X

ÍNDICE matérias

Os artigos assinados são da inteira
responsabilidade dos autores



PEDRA LÍQUIDA - CASA DO CONTO

Foto: FG+SG

Editor:

Futur magazine
Sociedade Editora, Lda

R. Alfredo Guisado, 39 - 1500-030 LISBOA
Telefone: 217 703 000 (geral)
217 783 504/05 (directos) Fax: 217 742 030
futurmagazine@gmail.com

arqa

ARQUITECTURA E ARTE

www.revarqa.com - futurmagazine@gmail.com

Director

Luís Santiago Baptista
lsbaptista@revarqa.com

Redacção

Paula Melâneo (Coordenação)
apmelaneo@gmail.com
Baptista-Bastos (Opinião),
Bárbara Coutinho (Design), Carla Carbone (Design),
David Santos (Artes), Gonçalo Furtado (Crítica),
Margarida Ventosa (Geração Z),
Mário Chaves (Livros), Nádja R. Bento (Tradução),
Sandra Vieira Jürgens (Artes)

Director de Arte/Produção
Edmundo Tenreiro

Paginação e Imagem
Raquel Caetano
Bruno Marcelino (desenhos)

Direcção de Comunicação e Marketing
Maria Rodrigues - mrodrigues@revarqa.com
Carmen Figueiredo - cfigueiredo@revarqa.com

Publicidade - PORTUGAL
Tel. +351 217 783 504
Fax +351 217 742 030
futurmagazine@gmail.com

Publicidade - ESPANHA
Tender Media S.L.U.
Tel. +34 931 824 196
pilar@tendermedia.es

Publicidade - BRASIL
Jorge S. Silva
Tel. +55 48 3237 - 9201
Cel. +55 48 9967 - 4699
jssilva@matrix.com.br

Impressão
OffsetMais - Artes Gráficas, S.A.
Rua Latino Coelho, nº 6 - Venda Nova
2700-516 Amadora

Distribuição
Logista Portugal
Área Ind. Passil, lt 1-A, Palhavã
2894-002 Alcochete

Tiragem
10.000 Exemplares

Periodicidade
Bimestral

ISSN: 1647-077X

ICS: 124055

Depósito Legal: 151722/00

06

Editorial

Luís Santiago Baptista - *Reabilitações Urbanas*

08

News Actualidades

18

Itinerâncias

Gabriela Vaz Pinheiro - *dis:place Da ideia de desvio como linha de fuga para o futuro*

Luís Santiago Baptista - *Snøhetta: Arquitectura Paisagem Interiores*

André Tavares - *Arquitectura em Público: A opinião da arquitectura*

24

Entrevistas

Reabilitações Urbanas: Perspectivas Críticas - *Philipp Oswalt, Álvaro Domingues, Gabriela Vaz Pinheiro, Michael Collins, Joep van Lieshout*

34

Projectos

38

Snøhetta - *Ópera e Ballet de Oslo*

48

Irisarri + Piñera - *Instalações para pescadores em Cangas, Pontevedra*

54

ecosistema urbano - *Ecopolis Plaza, Madrid*

64

Carrilho da Graça - *Ponte pedonal sobre a Ribeira da Carpinteira, Covilhã*

72

Inês Lobo - *Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo, Leiria*

80

Pedra Líquida - *Casa do Conto arts and residence, Porto*

88

LIN - *Reconversão de base de submarinos "Alvéole 14", Saint-Nazaire*

94

Köebberling & Kaltwasser - *Teatro "Jellyfish", Londres*

98

Atelier van Lieshout - *Vostok Cabin, Museu do Ar e do Espaço, Le Bourget*

102

Crítica

Gonçalo Furtado e Rosa Macedo - *Reabilitação Urbana em Portugal*

108

Design

Carla Carbone - *Basic Initiative: Um design para os outros 90%*

112

Artes

David Santos - *Pedro Amaral: Pintura Partisan*

Sandra Vieira Jürgens - *Nuno Cera: Nove cidades*

120

Prémio

3ª Edição Prémio Arquitectar

126

Opinião Paralelas & Perpendiculares

Baptista-Bastos - *Reabilitar, talvez, os sonhos*

127

Fotografia

Fernando Guerra - FG+SG - *Reabilitação Av. Vilamoura XXI - Algarve*

129

Livros

Mário Chaves

130

News Marketing

Materiais fornecidos pelas marcas

139

Dossier

Pré-Existências Recicladas

147

Geração Z

Embaixada

Apoio:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional

Reabilitação Urbana em Portugal

Alguns desafios desde os anos 70

GONÇALO FURTADO E ROSA MACEDO (FAUP)

1. O presente artigo foca a questão da reabilitação urbana em Portugal ao longo das últimas décadas, onde faremos referência a alguns desafios e à evolução de paradigmas, através da análise de uma sequência selectiva de artigos e intervenções, que continuam a constituir as bases para uma reflexão acerca da intervenção na contemporaneidade.

Tal selecção empreende três períodos e uma sequência de posturas projectuais que incluem a intervenção na zona da Ribeira-Barredo (1969), da autoria do arquitecto Fernando Távora (1923-2005), a intervenção no centro histórico de Guimarães (1983), igualmente de Távora, e a Reabilitação da zona do Chiado (1988), da autoria do arquitecto Siza Vieira (1933 -). Trata-se de casos nacionais que correspondem a momentos e circunstâncias distintas, mas que têm em comum o reabilitar de espaços da cidade que compreendem o centro histórico. Por outro lado, uma análise que progride na discussão sobre desafios e paradigmas de intervenção, expressos numa sequência selectiva de artigos publicados nas revistas do seu tempo, rumo a uma contemporaneidade, numa altura em que se multiplicam e acumulam possibilidades, posturas e princípios interventivos.

2. Começamos por acentuar que, nacionalmente, uma variedade de factores determinou que as grandes transformações urbanas e verdadeiras políticas de intervenção em centros históricos fossem introduzidas de forma lenta e por vezes tardia comparativamente à restante Europa. De facto, desde a instituição do Estado Novo (1933-1974) até à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), delinearam-se alguns desequilíbrios espaciais, relacionados com as intervenções urbanas (incluindo centros históricos) de reposição do edificado com bases em novas construções. No contexto internacional surgem três linhas experimentais, que vão complementar e dar forma a várias operações de Planeamento, em Portugal, a “experiência empírica inglesa, a normativa Francesa e o Plano de Bolonha - consolidando internacionalmente a doutrina da conservação integrada”. No entanto esta visão integrada não caracterizava na totalidade o panorama geral interventivo o qual, segundo Manuel Mendes, se dividia em posturas distintas caracterizadas pela “arquitectura de difuso «internacionalismo» [que] [ia] actualizando as mais-valias do investimento imobiliário”, e pela “arquitectura de autor (...) [situada] entre a fidelidade ao Movimento Moderno, e o fluído compromisso da natureza do real e a acção do tempo histórico”.

2.1. O primeiro período de análise que passamos a focar engloba, o primeiro caso prático seleccionado e a que fazemos referência (tal será procedido por outros capítulos, centrados em períodos posteriores e delimitados pela ocorrência dos outros dos casos práticos referidos). Ao longo dos três capítulos caracterizam-se momentos chave, movidos pelo desejo de fomentar reflexões gerais sobre a reabilitação urbana e intervenção em centros históricos. Cada caso, postura, é pontualmente relacionado com o tempo em que se inserem e os problemas a que pretendiam dar resposta. Relativamente ao primeiro período, gostaríamos de fazer referência a três

artigos que em comum se relacionam com a questão do planeamento urbano. O do arquitecto Mário Bruxelles (1930 -) intitulado “Planeamento Regional e Arquitectura de Cidades”, o do arquitecto João Andresen (1920 – 1967) com o título “O Planeamento Regional e a Formação de Urbanistas”, e o do arquitecto Robert Auzelle (1913 – 1983) titulado “O Ordenamento dos Aglomerados”. Em grande sentido, de uma leitura destes artigos, ressalta a necessidade de criação de planos que permitem de forma integrada e permanente, solucionar e operar na cidade, entendendo esta enquanto unidade e não somatório de partes. Para além destes três, interessa-nos ainda fazer referência a um outro par de artigos, por se relacionarem com a salvaguarda da paisagem e lugares históricos. O primeiro do historiador José Augusto França (1922) intitulado “A cidade e as suas imagens”, e o segundo da urbanista Teresa Zarebska intitulado “Estudos Históricos de base para a elaboração de planos de urbanização”. Trata-se de artigos que expressam uma consciencialização do valor detido pela cidade histórica, no que se refere às “novas” formas de construir o presente e futuro das cidades. Em suma, encontramos na leitura de todos os artigos seleccionados, um conjunto de ideias e aspectos relativos à temática geral que move este artigo, mas sobre tudo à delineação, de um certo sentimento que nacionalmente se instaurava. Mais concretamente, à expressão da necessidade de consciencialização da importância de salvaguardar a cidade histórica, em todas as suas vertentes, pondo ênfase na preservação de um ambiente identitário que a cidade moderna frequentemente dissipava.

Relativamente a este primeiro período, interessa-nos igualmente focar, pela sua relevância, um primeiro caso e postura interventiva seleccionado. Sublinha-se que este caso esteve na base da criação do Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira – Barredo, elaborado por um grupo de trabalho sob a coordenação do arquitecto Fernando Távora, em 1969, no âmbito da Direcção dos Serviços de Habitação – Repartição de Construção de Casas. De facto, trata-se de uma operação que ocorre num período em que se assume em termos de debate, a extensão do conceito de “monumento” para o “património urbano”, compreendendo um entendimento global do conjunto do sítio. No estudo da Ribeira-Barredo, contrariam-se posturas nacionais que anteriormente se haviam tomado (isto é um entendimento de renovação no sentido de substituição); compreende-se que não era na substituição do antigo pelo novo que se valorizaria o espaço edificado consolidado do referido centro histórico. Mais, entendia-se que tanto o conjunto edificado como a respectiva população conformavam um ambiente necessário de preservar. Assim, perseguindo o objectivo central de combater a sobrecaptação e a insalubridade, a acção passaria por identificar a população residente dotada de um forte sentimento de pertença à zona da Ribeira-Barredo. Um processo que Julieta Alfredo sintetiza como “renovação urbana com base na preservação global e crítica visando a conservação da quase totalidade do tecido medieval (...) reconhecendo como fundamental a participação directa da população”. Do ponto de vista operacional verifica-se um respeito por materiais e



Vista da área do Barredo na Ribeira do Porto

processos construtivos do passado, numa reposição de valores ainda que com gestos interventivos de um tempo presente. Tratava-se de renovação no sentido de “continuar inovando”, mediante uma reinterpretação de elementos e uma sensibilização da população quanto ao espaço que habitam, dado que, como explica Maria Calado, era no cidadão que estava “a justificação da cidade como projecto urbanístico e social”. De facto, assiste-se ao desenvolvimento de uma postura interventiva que se institucionaliza colectivamente, a nível central e local, marcada pelo assumir de um conjunto de princípios orientados a uma correcta actuação em centros históricos, expressos em documentos internacionais emanados por entidades como o conselho da Europa ou a UNESCO. De resto, em certa medida, o amadurecimento dessa consciência quanto à necessidade de protecção dos centros históricos tem também, correspondência com a experiência adquirida pelos GTL's no que respeita à intervenção e gestão de zonas históricas. Esta ocorre curiosamente em paralelo com a evolução de um urbanismo mais

rígido e monolítico, para uma certa flexibilização e cimentação das relações entre poder local e população.

2.2. Dentro do panorama descrito anteriormente, verificamos que desde o período iniciado pelo primeiro despacho da então secretaria do Estado da Habitação e Urbanismo, o “Nº4/SEHU/85”, continuavam a não ocorrer alterações conducentes ao desejado aperfeiçoamento dos critérios interventivos.

No entanto, gostávamos de destacar, a importância e a acção de “Reabilitação no Centro Histórico de Guimarães”, a qual abordaremos após uma pequena alusão de aspectos pertencentes ao debate teórico operado neste segundo período.

Em particular, e tendo por base uma análise aos artigos das revistas de então, gostaríamos de fazer referência, à entrevista publicada com o título “José Gomes Fernandes fala de problemas de urbanismo”, por consistir numa reflexão crítica aos planos de urbanização e sua evolução,

às posturas e propostas interventivas e formas de considerar a cidade histórica, e às relações entre Estado/Autarquia. Outro artigo do arquitecto Campos Matos, intitulado "A Campanha Europeia para o Renascimento da Cidade", relevante pela referência que faz à problemática internacional e nacional de teorização crescente quanto à qualidade e vida urbanas e seu espaço físico. Complementando este conjunto, salienta-se outro artigo do arquitecto José Manuel Fernandes, "Em defesa da fachada", por constituir uma breve crítica à nova maneira de fazer cidade assente nos espaços urbanos consolidados.

Da leitura e breve análise do conjunto dos artigos seleccionados, interessa retirar alguns aspectos. Desde logo, a crítica de José Fernandes à degradação do património edificado, valorizando exclusivamente a acção na Ribeira/Barredo como experiência nacional digna de referência. Por outro lado, o explícito destaque dado por Campos Matos a aspectos como a oposição entre a cidade histórica e a cidade subúrbio geradora de uma crise urbana, salientando a necessidade de salvaguardar a autenticidade histórica e de diluir rupturas espaciais urbanas. Por último, a então crítica às práticas urbanas dos anos oitenta, com o foco num quarteirão histórico de Lisboa, caracterizadas pela afirmação da nova construção

relativamente ao tecido urbano histórico consolidado, numa constante desconsideração pelos valores locais, expressa por Manuel Fernandes. Contemporaneamente ao desenvolvimento deste debate teórico, quanto aos valores da cidade histórica e sua importância na criação da nova cidade, interessa-nos destacar a postura interventiva expressa no caso da operação reabilitacional ocorrida na cidade de Guimarães. Nomeadamente pelo facto desta explicitar alguns elementos coincidentes com aspectos do debate referido nesta segunda época. Em particular, no que respeita à aplicação de uma política de reabilitação integrada, à sobrevalorização dos valores locais e à contenção da sobreposição de elementos novos face ao conjunto edificado antigo.

Recorde-se que vários factores locais determinaram que, nesta cidade se conseguisse compreender bem, processos reabilitacionais que correspondiam a princípios experimentados em cidades como o Porto (na área da Ribeira-Barredo), Évora ou Bolonha. Os factores a que nos referimos incluem a presença de um centro histórico de dimensão controlável, uma vontade política, um rigor técnico e a uma participação popular. O trabalho de equipa coordenada pelo arquitecto Fernando Távora (1983-1989) era favorecido pelos princípios orientadores do



Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo no Porto

Relativamente aos casos de referência abordados, podemos dizer que a sua afirmação, e reconhecimento em território nacional, coincidiu com momentos de relativa interrupção comparativamente ao que até então se praticava, criticando a constante deturpação dos princípios reabilitacionais herdados reflectida numa complexa indefinição do modo de injectar modernidade em ambiente consolidado de centro histórico, compreendendo a própria necessidade de se reformular legislativamente o modus operandi das propostas.



Reabilitação do Centro Histórico de Guimarães

próprio coordenador, caracterizados pelo respeito do ambiente construído e identidade local, tornando-se a acção activa dos moradores um facto fundamental para o sucesso da operação. Preocupações como “reabilitar o edificado com a população nele residente, estabelecendo processos de “sedução” entre inquilinos e senhorios das casas”, e entre população e centro histórico, visavam afirmar que não deitar fora, ou destruir, significaria ganhos.

Em grande medida, numa aproximação ao centro histórico e à sua população, estabeleciam-se tarefas que iriam desde o diagnóstico de problemas e patologias, apoio técnico, orçamentação de intervenção e acompanhamento de obra até à avaliação das consequências em termos de renda para os inquilinos e senhorios, com o benefício do objectivo de salvaguardar a identidade local.

A nosso ver, e como já aludido, tratou-se pois de uma experiência de conhecido valor e muito semelhante, em termos de princípios orientadores, à acção na cidade de Bolonha e ao estudo para a Ribeira-Barredo.

2.3. Interessar-nos-ia referir que, em grande medida encontrava-se, e eventualmente encontra-se, institucionalizado um certo modelo de reabilitação de centros históricos. Este verifica-se numa acção com o espaço edificado e sua população, em que o protagonismo do arquitecto, enquanto criador de obra nova, foi superado por uma acção preservadora das características físicas (ritmos, cores, aspectos construtivos do edificado, etc.) do centro histórico, como postura de oposição ao descontrolo da criação descaracterizada sentida nas periferias urbanas.

No entanto, este sentimento preservador não resiste totalmente, na medida em que outras posturas interventivas, aliadas a uma necessidade de transformação da cidade em certos espaços de tempo, confrontavam a alteração de muitos princípios espaciais e organizativos do centro histórico.

Neste sentido, interessa identificar um conjunto de aspectos relacionados com o debate operado neste terceiro período. Pela sua relevância teórica, gostaríamos de fazer uma breve referência a três artigos da revista de estudos urbanos e regionais “Sociedade e Território” assim como a um artigo da revista “Arquitectura e Vida”. O primeiro consiste num artigo da historiadora Maria Calado intitulado “Os estudos históricos no contexto da reabilitação urbana”, salientando o facto de a cidade ser um “objecto histórico, testemunho documental de uma actividade humana”, onde o conhecimento da história local apresenta-se como peça fundamental para uma correcta prática de reabilitação dos centros históricos. O segundo artigo do arquitecto Vasco Massapina com o título “Gabinetes Técnicos Locais. Usar de novo?”, retrata a evolução negativa dos processos de Reabilitação Urbana, numa crítica às imposições determinadas pelos GTL’ nacionais, à luz dos anos noventa. Um terceiro artigo do sociólogo Manuel Ribeiro titulado “Reabilitação urbana: estratégia e organização”, faz referência à evolução estratégica das políticas de intervenção urbana e suas práticas de reabilitação na cidade de Lisboa”. O último artigo, da autoria de Rui Solano de Almeida, recorda-nos que “A cidade é sempre antiga”, reflectindo brevemente no facto de a cidade ser sempre um facto histórico, herdado, e na forma de se reabilitar os centros históricos ao longo do tempo, criticando a fraca qualidade da nova construção.



Reconstrução do Chiado em Lisboa

Em suma, do conjunto de artigos analisados, interessa salientar o sentimento, em torno dos centros históricos, compreendido na reflexão da dimensão espaço-temporal das operações reabilitacionais, assim como na necessária participação alargada dos agentes sociais, os principais agentes das operações de reabilitação urbana. Aspectos que contrariam as posturas frequentemente adoptadas em operações urbanísticas mais favoráveis às autarquias e promotores apressados.

Sucedendo a esta breve exposição de alguns aspectos caracterizadores do debate contemporâneo, interessa-nos fazer referência ao terceiro caso seleccionado, a intervenção no Chiado (1988), pela qualidade de explicitar um conjunto de elementos que contribuem para a reflexão urbana desta época. Nomeadamente, por constituir uma acção que compreende o agir no espaço e no tempo; Inserindo-se no tempo sem recorrer a posturas de reposição descontroladas, numa acção verdadeiramente contemporânea face a um lugar histórico consolidado, ao mesmo tempo que enriquece valores locais.

Em certa medida, podemos dizer que o incêndio que esteve na base desta operação no Chiado inseriu-se e acelerou um certo estado de degradação então demonstrado pelo espaço histórico da cidade de Lisboa. Interessa referir que a reabilitação no Chiado, em 1988, da autoria do arquitecto Álvaro Siza Vieira demonstra-nos que é possível reinterpretar a história local remetendo-a para uma contemporaneidade

e futuro, sem que esta perca identidade enquanto peça fundamental de um qualquer conjunto urbano.

A estratégia de reabilitação concentrava-se, então, na acção sobre um complexo edificado, pautado sobretudo pela referência dos seus elementos de fachada, volumetria, construção, vivência, enquanto expressão relativa de uma época passada, uma vez que, quanto à organização interior, havia menos conhecimento (pela escassez de documentação).

Não sendo nossa pretensão aprofundar a explicação deste processo reabilitacional, composto por uma complexa dimensão projectual (remetida à opção de reconstrução de um ambiente edificado), fazemos referência a alguns aspectos relacionados com as opções do arquitecto, que conferiram notoriedade a este caso interventivo de notável contemporaneidade. Estes aspectos consistem numa determinada sensibilidade que desde logo se verifica, pelo facto de ocorrer uma secundarização de um qualquer discurso linguístico de autor, em benefício do discurso existente na cidade. Denota-se que, apesar do Plano Director ter definido as directrizes para qualquer acção, esta operação resolveu a transformação de uma herança, reinterpretando e recuperando espaços degradados numa atitude de “continuidade” urbana (aspectos anteriormente defendidos na operação da Ribeira/Barredo). Qualidades que Gonçalo Byrne valorizou como uma “clara reinterpretação crítica

[numa] espécie de poética da intemporalidade que resulta de privilegiar a forma edificada”.

Em suma, tal como os casos práticos anteriormente analisados, esta intervenção é única no seu momento e insere-se num debate sequencial sobre o qual devemos reflectir quando apontamos o imperativo contemporâneo da Reabilitação urbana e intervenção em centros históricos das nossas cidades portuguesas.

3. Em certo sentido, a análise realizada à sequência de artigos e propostas interventivas notáveis ao longo dos três períodos, permitiu entender que a cidade, apropriando as palavras do arquitecto Nuno Portas, “precisa cada vez mais de arquitectura”, no sentido de uma “re-colocação da arquitectura no processo de transformação do território” contemporâneo. Relativamente aos casos de referência abordados, podemos dizer que a sua afirmação e reconhecimento, em território nacional, coincidiu com momentos de relativa interrupção comparativamente ao que até então se praticava, criticando a constante deturpação dos princípios reabilitacionais herdados reflectida numa complexa indefinição do modo de injectar modernidade, em ambiente consolidado de centro histórico, compreendendo a própria necessidade de se reformular legislativamente o *modus operandi* das propostas. No entanto, a nosso ver, deve salientar-se um sentimento comum nos três momentos analisados, a necessária compreensão da dimensão tempo(s) nas intervenções em centro histórico, uma vez que é nesta compreensão que estão incluídos princípios relacionados com a defesa de um espaço histórico solidificado e sua identidade temporal, compreendendo-o enquanto objecto incorporado num sistema urbano, isento de uma distinção competitiva das partes constituintes. Por último, interessa-nos salientar que se verifica ainda uma certa incapacidade de se entender a cidade como unidade e o centro histórico enquanto estrutura urbana. Frequentemente presenciámos uma ausência de zoom estratégico, sendo necessário que, no geral, e não só em casos notáveis, se dê a passagem da escala do quarteirão/objecto para a de cidade, fomentando uma compreensão global de um sistema urbano composto por âncoras territoriais, que se complementam e desenvolvem. É necessária a criação de verdadeiras estratégias urbanas de cidade em rede. Por outro lado, relativamente aos objectos edificados, perante a dualidade respeito/reposição ou demolição/nova construção, a intervenção arquitectónica deve a nosso ver, sustentar-se igualmente numa visão global, considerando aspectos como a escala de intervenção, e a eventual reposição ou reinterpretação da própria função do edifício. Em suma, o resultado poderia ser um gesto que compreendesse a reposição de valores, não apenas pertencentes a um passado, mas a uma contemporaneidade e futuro. Proferindo as palavras do arquitecto Fernando Távora “o passado (...) vale muito, porém é necessário observá-lo, não em si mesmo, mas em função de nós próprios (...) para acrescentar ao passado algo de presente e algumas possibilidades do futuro”. Interessa ainda na contemporaneidade, não esquecer que cada vez mais se projecta, numa condição global e incerta, que requer repensar os

mecanismos, modelos interventivos, estratégias, dinâmicas, políticas e decretos de lei determinados para cidades do país. Neste sentido, seria também importante levar o zoom de reflexão a todo o território nacional, analisando o potencial de relação entre cidades, centros e periferias, vendo as cidades de diferentes dimensões para lá de um abandono à mera lógica da presente competição urbana. O necessário renascimento da nossa urbanidade e qualidade de vida global futura, dependerá da capacidade que tivermos enquanto arquitectos e cidadãos, de observar o tempo como vector de proposta e permitir a continuidade deste debate ao longo do novo século que agora se inicia. Tal, certos de que o que acontecer nas próximas duas décadas será crucial para a urbanidade portuguesa. ■

¹ Ver artigo dos autores na *arq./a*, nº 82/83, Jul.2010, pp. 112-113.

² J. Flores, *Planos de Salvaguarda e Reabilitação de Centros Históricos em Portugal*, (Dissertação de Mestrado), FAUTL, 1998, p. 113.

³ M. Mendes, “Os Anos 50”, in *Revista FAUP*, nº0, Out.1987, p. 26.

⁴ M. Bruxelas, “Planeamento Regional e Arquitectura de Cidades”, in: *Arquitectura*, nº 83, Set.1964, pp.111-114.

⁵ J. Andersen, “O Planeamento Regional e a Formação de Urbanistas”, in *Arquitectura*, nº98, Jul.1967, pp. 175-176.

⁶ R. Auzelle, “O Ordenamento dos Aglomerados”, in *Arquitectura*, nº 105/106, Set. 1968, pp. 211-214.

⁷ J. A. França, “A cidade e as suas imagens”, in *Arquitectura*, nº 104, Jul.1968, pp. 146-147.

⁸ T. Zarebska, “Estudos Históricos de base para a elaboração de planos de urbanização”, in *Arquitectura*, nº 105/106, Set.1968, pp. 224-228.

⁹ AAVV, *Estudo de Renovação do Barredo*, Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1969.

¹⁰ J. Alfredo, *Planeamento e Gestão em Zonas Históricas* (Dissertação de Mestrado), FAUP, 1997, p. 49.

¹¹ M. Calado, “Os estudos históricos no contexto da reabilitação urbana”, in *Sociedade e Território*, nº 14/15, Dez.1991, pp. 8-15.

¹² UNESCO, *Recomendação de Nairobi*, Nairobi, 1976.

¹³ V. Massapina, “Gabinetes Técnicos Locais. Usar de novo?”, in *Sociedade e Território*, nº 14/15, Dez.1991, p. 51.

¹⁴ N. Coutinho, “José Gomes Fernandes fala de problemas de urbanismo”, in *Arquitectura*, nº132, Fev.1979, p. 24-33.

¹⁵ C. Matos, “A Campanha Europeia para o Renascimento da Cidade”, in *Arquitectura*, nº146, Mai.1982, pp. 78-80.

¹⁶ J. M. Fernandes, “Em defesa da fachada”, in *Arquitectura*, nº146, Mai.1982, p. 25.

¹⁷ A. Gesta, “Política e Cidadania”, in *Arquitectura e Vida*, nº70, 2006, pp. 30-37.

¹⁸ *Ibid.*, p. 36.

¹⁹ M. Calado, *Op.Cit.*

²⁰ *Ibid.*, p.11.

²¹ V. Massapina, *Op.Cit.*, pp. 51-55.

²² M. Ribeiro, “Reabilitação urbana: estratégia e organização”, in *Sociedade e Território*, nº14/15, Dez.1991, pp. 56-61.

²³ R. Almeida, “A cidade é sempre antiga”, in *Arquitectura e Vida*, nº11, Dez.2000, pp. 16-18.

²⁴ C. Castanheira, L. Mendes, *Álvaro Siza: A Reconstrução do Chiado*, Porto: ICEP, 1997.

²⁵ *Ibid.*, p. 16.

²⁶ N. Portas, *A cidade como arquitectura*, Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 16.

²⁷ *Ibid.*

²⁸ J. Roca (dir.) *Renovación, Restauración y Recuperación arquitectónica y urbana en Portugal*, Granada:Universidade de Granada, 2003, p. 104.